

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (Art. 5.º, Parágrafo único)

15
CONSTITUIÇÃO anos

Jobim revela uma parte do pacto que fez com Ulysses

Ministro do STF conta que trechos da Carta não foram à votação: 'Você se lembra bem como este artigo entrou?'

Jobim interveio, apenas para provocar o colega: — Mas você se lembra bem como este artigo entrou na Constituição? — Isso não interessa, isso não interessa — desconversou o deputado, nervoso. O nome deste parlamentar e o outro artigo "pirata" da Constituição Jobim mantém em sigilo. Afirma que são parte do acordo com Ulysses.

"Tenho todos os crimes aqui"

• O ministro tem memória privilegiada e fartíssimo material para vasculhar. Contará com a ajuda da Fundação Getúlio Vargas na tarefa de organizar milhares de textos, documentos, projetos, anotações e bilhetes, recolhidos por ele ao fim de cada reunião de que participava.

— Tenho todos os "crimes" aqui — brinca, abrindo o armário atrás de sua mesa de trabalho no gabinete do Supremo.

São pilhas e pilhas de papéis separados em pastas dispostas em prateleiras que vão até o teto. O ministro, organizadíssimo, tem encadernada uma coleção de recortes de jornais do período da Constituinte, de fevereiro de 1986 a outubro de 1988. — Eu era o amanuense. Foi muito usado nesta função de redigir, tomar notas nas reuniões, fazer acertos e dar informações. Não fazia parte do núcleo decisório, era um deputado de primeiro mandato, periférico. Eles tomavam as decisões e me perguntavam: dá para fazer assim, Jobim? — recorda-se o ministro, manuseando as pastas já amareladas com a marca da Câmara dos Deputados.

— Eu dei opiniões, participei, mas nesta qualidade, não como alguém que estivesse lado a lado do doutor Ulysses.

Informava e eles decidiam. Entre os guardados, há anotações que só Jobim é capaz de decifrar. São fórmulas matemáticas criadas por ele para orientar o complicado processo de votação do texto constitucional.

Foi por meio da lógica que o jovem deputado de 1987 ajudou a resolver algumas das mais complicadas crises da Constituinte, como a montagem do regimento interno. Uma das fórmulas de Jobim deu a solução para o desenho final, com subcomissões temáticas que permitiram ampla participação, afunilando até uma comissão que sistematizou o texto.

Os conselhos de Jobim, advogado e professor, chegaram aos ouvidos do poderoso Ulysses antes mesmo da posse dos constituintes. Em 23 de janeiro de 1987, Jobim chegava a Brasília, saído de carro de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. No dia seguinte, foi almoçar na casa do colega de bancada Antônio Brito, que sugeriu: — Quer conhecer o doutor Ulysses?

A longa conversa com Ulysses

• Rumaram para a casa do presidente da Câmara, e o que deveria ser uma rápida apresentação se transformou numa conversa de horas. Estudioso e aplicado, Jobim fez o "dever de casa" antes de desembarcar na capital. Estudara os regimentos de constituintes brasileiros e pelo mundo de fora. E Ulysses gostou de suas observações. No dia seguinte, já encontrava-se com o líder do PMDB, Pimenta da Veiga. E passou a participar discretamente de todas as reuniões importantes do partido. Os bastidores de todo esse período serão, finalmente, contados ao país. ■

Como foi a Constituinte

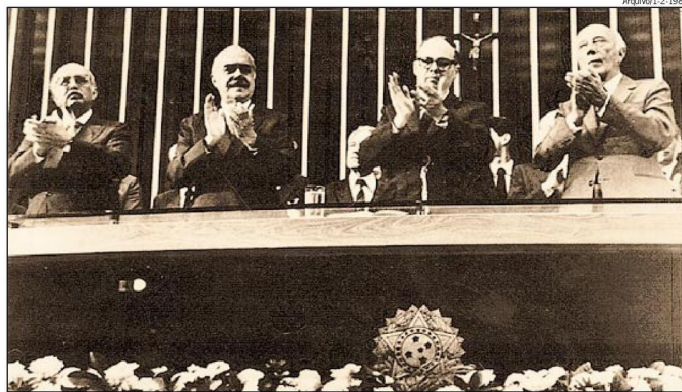
• Antes mesmo da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1.º de fevereiro de 1987, os debates sobre uma nova Constituição tomaram conta do cenário político. Em janeiro de 1985, logo após a eleição no Colégio Eleitoral, o presidente Tancredino Neves conclamou o país a entrar no debate.

Tancredino Neves, após sua eleição, criou a Comissão Afonso Arinos para elaborar o anteprojeto, com sugestões de entidades civis. Mas morreu antes de ver que o trabalho que estimulava iria servir de base para os trabalhos da Constituinte eleita. O anteprojeto

foi entregue em setembro de 1986.

O resultado não agradou a Sarney, pois propunha o parlamentarismo e mandato de quatro anos, e não foi enviado ao Congresso. O Congresso Nacional Constituinte foi eleito em novembro de 1986 e o relator escolhido foi o deputado amazonense Bernardo Cabral.

Para organizar os trabalhos, foi criada uma grande comissão, auxiliada por 24 subcomissões temáticas, comandadas por relatores adjuntos. Cabral venceu a relatoria na disputa com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-ministro Pimenta da Veiga.



NA INSTALAÇÃO da Assembleia Constituinte, Humberto Lucena, o presidente José Sarney, José Carlos Moreira Alves e Ulysses Guimarães

'Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo'

Frase de Ulysses resume espírito que permeou o texto: repulsa ao autoritarismo

• BRASÍLIA. Quando promulgou a nova Constituição, às 15h50m de 5 de outubro de 1988, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, resumiu o sentimento que impregnava o plenário: — Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo — discursou, interrompido por aplausos.

As amarguras do regime militar que durara 20 anos ainda estavam vivas na memória nacional e estiveram presentes durante os 20 meses em que os constituintes trabalharam na nova Carta. O passado recente forjou uma tendência que permeou o texto final: a tentativa de engessar os movimentos do Executivo, como forma de evitar que seus ocupantes voltassem a concentrar tanto poder.

— Trabalhávamos com os olhos no retrovisor — observa hoje o ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, deputado constituinte, lembrando de uma expressão usada pelo ex-colega de bancada no PMDB gaúcho Ibsen Pinheiro: — E colocar um texto na Constituição era mais fácil que votar uma lei. Bastava maioria absoluta em duas votações. As corporações se mobilizaram para botar tudo no texto constitucional.

A insegurança em relação ao futuro ficou expressa na Constituição pelo excesso de detalhes do texto. O formato final ganhou 315 artigos permanentes e 70 transitórios. Havia muito mais, mas o relator, Bernardo Cabral, para driblar os críticos, transformou dezenas de artigos em parágrafos. Um dos exemplos mais citados e criticados do detalhamento a que chegou a Carta é o artigo que tabelou os juros em 12% — revogado no semestre passado. Paralisou o mercado financeiro e serviu para desacreditar o novo texto.

— Era inevitável que a Constituição fosse assim. Havia a desconfiança do Poder Executivo e instabilidade nas relações políticas. Foi o resultado de uma realidade: o fim da ditadura, o fracasso do Plano Cruzado e uma transição de governo delicada — lembra o ex-deputado José Genóino, presidente do PT.

O senador José Sarney (PMDB-AP), à época presidente da República, denunciava os defeitos da Carta e as amarguras que impunha ao Executivo, criando direitos do cidadão e deveres do Estado sem fonte de renda para atendê-los. Em cadeia nacional de rádio e TV, predizia que a Constituição deixaria o país ingovernável.

O mundo também estava sob tensão. No Chile, o longo mandato do general Augusto Pinochet chegava ao fim. No dia

em que a Constituição era promulgada no Brasil, os chilenos, em plebiscito, diziam não ao presidente-ditador.

A abertura política brasileira havia dado os primeiros passos dez anos antes, em 1978, com a Emenda Constitucional nº 11. O texto, articulado pelo então senador Petrônio Portella, com colaboração do presidente da Câmara, Marco Maciel, revogou os atos institucionais e complementares impostos pelos militares. Também modificou as exigências para a organização dos partidos políticos. No ano seguinte, acabou o bipartidarismo, com o fim da Arena e do MDB. Em novembro de 1980, a emenda nº 15 restabeleceu as eleições diretas para governador e senador, marcadas para 1982, pondo fim à figura do senador bônico.

A Constituinte nasceu com o chamado "Compromisso à Nação", fechado entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, e a Aliança Liberal, uma dissidência do PDS, o partido dos militares. Prevê eleição direta e realização da assembleia. A convocação tornou-se oficial com a Emenda Constitucional 26, de novembro de 1985.

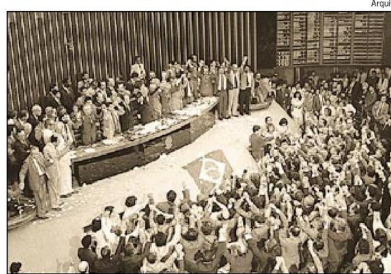
— Temos de entender os fatos em suas circunstâncias e a realização da assembleia desse pacto político. Estávamos saindo do Estado autoritário — observa Maciel, hoje senador pelo PFL pernambucano.

Temas que hoje estão longe de qualquer disputa ideológica eram dogmas. O deputado petista Paulo Delgado (MG), ex-constituinte, lembra que a expressão "equilíbrio das forças governamentais" era amaldiçoada pela esquerda.

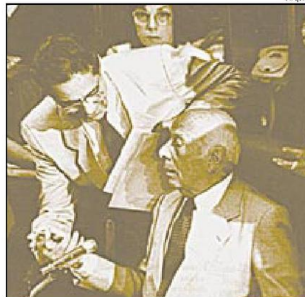
— Hoje sabemos que fazer política social sem sustentação econômica era de magia — constata, 15 anos depois, quando seu partido chegou ao poder.

— A Constituição acabou sendo o rompimento de uma barragem de restrições — diz Delgado.

A Constituinte acabou um ano antes de um dos mais marcantes episódios do fim do século XX, a queda do Muro de Berlim. Maciel acredita que se a Carta demorasse mais um ano sendo discutida, seria diferente. José Genóino discorda radicalmente da interpretação: — A Constituição não tem nada de socialista. A maioria da Constituinte não tinha nada a ver com a queda do muro. Falsas as coisas se a esquerda mandasse no país. Quem criou o modelo de Estado brasileiro, os incentivos, as estatísticas, foi a direita. Não botem isso nas nossas costas! — diz ele. (Lydia Medeiros)



O ENCERRAMENTO DA Constituinte: mãos dadas para cantar o Hino Nacional



ULYSSES GUIMARÃES conversa com Fernando Henrique Cardoso



VOTO FACULTATIVO aos 16 anos: torcida ruidosa de estudantes